



European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

September 2020 | PT

A comunicação durante a crise

No último episódio desta série, realizado em francês, **Isabel Caño Aguilar**, vice-presidente do CESE responsável pela **Comunicação**, fala da experiência da COVID. Descreve a forma como a pandemia mudou toda a atividade de comunicação do CESE, fazendo da solidariedade e do empenho as palavras-chave de todo o seu trabalho e de todas as suas iniciativas, a começar pelo **Prémio para a Solidariedade Civil de 2020**. Para a vice-presidente, «nada será como antes depois desta pandemia. Mas temos a responsabilidade de reagir, de construir uma Europa mais forte. São as cidadãs e os cidadãos da Europa que exigem que o façamos.»

Dessine-moi... xxxx

A rubrica «Dessine-moi...» chega ao fim. Estes últimos artigos enriquecem o florilégio de testemunhos que nos acompanhou desde o início da pandemia. Evocam de forma sincera este tempo de isolamento involuntário, tocando--nos, incentivando-nos a procurar a beleza nos outros, a estar mais atentos ao sentido da vida e a ser mais sensíveis à importância de aproveitar o momento presente.

Agradecemos aos membros que participaram na última publicação da nossa série: **Claudine Otto, Giulia Barbucci, Laure Batut, Bente Sorgenfrey, Karolina Dreszer-Smalec, Dilyana Slavova, Renate Heinisch, Janusz Pietkiewicz, Jože Smole, Martin Siecker e Arnaud Schwartz**.

Em nome de toda a equipa do CESE Info, agradecemos aos 43 representantes dos 27 Estados-Membros que dedicaram o seu tempo e a sua escrita aos leitores, proporcionando-lhes o prazer da descoberta e a oportunidade de mergulhar no seu mundo de emoções e de reflexões sobre o período difícil que atravessamos.

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL

[Sociedade civil deve aproveitar este momento para explorar novas vias com realismo esclarecido](#)

Nesta era de transformações aceleradas, temos vindo a testemunhar a fragilidade das nossas democracias, das nossas sociedades e do nosso planeta.

Iniciei a minha presidência em abril de 2018, pensando que era necessário redescobrir o espírito humanista do Renascimento para acelerar a nossa viagem rumo a uma Europa sustentável. Volvido o Brexit e a pouco tempo das eleições europeias, sabia que a sociedade civil devia desempenhar um papel crucial para fazer avançar a economia rumo a modelos mais sustentáveis e inteligentes.

Quando o meu mandato terminar no final do mês, estarei em posição de dizer que a Europa demonstrou mais uma vez resiliência. Os nacionalistas e os eurocéticos foram derrotados nas eleições europeias e a pandemia de COVID-19 deu um rude golpe na sua narrativa falsa. A UE adotou medidas sem precedentes e, em alguns meses, deitou por terra tabus que pareciam ser imutáveis, protegendo os cidadãos e as comunidades e investindo numa estratégia forte para o futuro, que obteve o consenso mais amplo de sempre.

Hoje, estou cada vez mais persuadido de que as três prioridades da minha Presidência – desenvolvimento sustentável, paz e cultura – permanecem no centro deste renascimento da Europa.

A pandemia pode ter sido um alerta, mas já sentimos as consequências das alterações climáticas e de fenómenos meteorológicos mais extremos. O plano de recuperação da UE, adotado na sequência da pandemia de COVID-19, é uma oportunidade única para evitar o dia do Juízo Final e transformar a Europa num líder mundial em matéria de sustentabilidade.

A sociedade civil pode liderar o processo. Fomos a primeira instituição da UE a ouvir a Greta Thunberg e os jovens ativistas do clima, que saíram à rua para reclamar uma mudança já. O CESE foi o primeiro a apresentar modelos de economia circular e de desenvolvimento sustentável. As nossas circunscrições, juntamente com os governos locais, continuarão na linha da frente a executar o plano de recuperação após a pandemia, trabalhando para evitar o caos. Estamos agora

na véspera da Conferência sobre o Futuro da Europa, que constitui uma oportunidade de nos conduzir para uma nova Europa, em conjunto.

Robert Schuman afirmou na sua declaração há 70 anos que a paz mundial não pode ser salvaguardada sem esforços criativos equivalentes aos perigos que a ameaçam. Nunca, em parte alguma do mundo, em nenhum momento da história, as mulheres e os homens gozaram de um tão longo período de paz, estabilidade e prosperidade económica; nunca houve uma tal garantia das liberdades e dos direitos, como acontece agora na Europa. Mas, como todos sabemos, não podemos contentar-nos com os louros alcançados.

A Europa foi posta à prova por várias crises – mais do que nunca pela presente pandemia inesperada e sem precedentes. Mas estou certo de que temos a energia e a criatividade necessárias para sairmos novamente mais fortes desta crise, todos juntos. Chegou o momento de estar uma vez mais à altura do desafio.

Esta Casa da Sociedade Civil Europeia, que celebrou recentemente o seu 60.º aniversário, tem um papel a desempenhar num momento em que há uma capacidade renovada para privilegiar o que realmente importa e maior abertura para a mudança, bem como para apresentar propostas sobre formas de construir a Europa «através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto», como afirmado por Robert Schuman.

O rEUnaissance (renascimento da UE) será induzido por homens e mulheres que ousam inovar, sonhar, dialogar, arriscar e criar um sentimento coletivo de responsabilidade, exercendo simultaneamente uma razoabilidade na exploração de novas vias, com realismo iluminado e apaixonado.

Luca Jahier

Presidente do CESE

AGENDA

6 e 7 de outubro de 2020, Bruxelas, Bélgica

Acolhimento dos novos membros do CESE

27, 28 e 29 de outubro de 2020, Bruxelas, Bélgica

Renovação do mandato – Reunião plenária do CESE



KAROLINA DRESZER-SMALEC: «COVID-19: ENSINAMENTOS RETIRADOS»

Em março de 2020, começámos a perceber que a pandemia de COVID-19 não era apenas uma crise sanitária; influenciaria muitos aspetos das nossas vidas. Foi também evidente para as associações e os ativistas que enfrentaríamos novos desafios no nosso trabalho habitual. Tal como se verificou, a situação foi ainda pior do que esperávamos.

Em maio deste ano, organizámos um «beberete virtual». Após dois meses de confinamento e teletrabalho, decidimos reunir-nos e debater as nossas primeiras reflexões sobre este período.

Com os colegas do Fórum Cívico Europeu, uma rede transnacional que reúne mais de 100 associações e ONG de 27 países europeus e que trabalha ativamente em domínios como a educação para a cidadania, a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia, gerou-se um debate animado que durou algumas horas. Embora cada um de nós tivesse a sua perspetiva nacional, as conclusões foram semelhantes.

Com base nestes debates, redigimos os ensinamentos seguintes:

Primeiro ensinamento: a nossa segurança depende da segurança de terceiros

Necessitamos de proteção social e sanitária universal para todos na nossa sociedade e em todo o mundo.

Segundo ensinamento: somos todos vulneráveis e os nossos destinos estão interligados

A solidariedade, a igualdade, os direitos e a prestação de cuidados devem estar no cerne das relações internacionais e da realidade quotidiana das pessoas.

Terceiro ensinamento: o bem comum existe

As instituições públicas devem servir, proteger e aplicar o bem comum, e não interesses específicos.

Quarto ensinamento: a democracia é o antivírus crucial de que todos necessitamos

A sensibilização dos cidadãos, a participação cívica, a informação fidedigna, a investigação e o ensino públicos e a transparência das instituições asseguram o bem público.

Quinto ensinamento: o sistema de mercado global fracassou

Há que relocalizar a produção, concretizar a economia circular e criar um rendimento de base universal para todos.

Sexto ensinamento: somos os depositários da Terra, e não os seus proprietários

A Natureza está a utilizar o nosso confinamento para recuperar dos danos que lhe causámos. Temos de restabelecer a justiça ambiental no mundo.

Sétimo ensinamento: os trabalhadores essenciais são verdadeiros heróis - as mulheres estão na linha da frente

O contributo das mulheres tem de ser reconhecido na hierarquia social, e aquelas que são invisíveis devem poder aceder plenamente aos seus direitos.

Oitavo ensinamento: devemos desacelerar o nosso ritmo

O confinamento obrigou-nos a privilegiar os laços sociais, a paciência e a compaixão: há que manter estes hábitos a longo prazo.

Nono ensinamento: necessitamos de segurança humana, social e ecológica

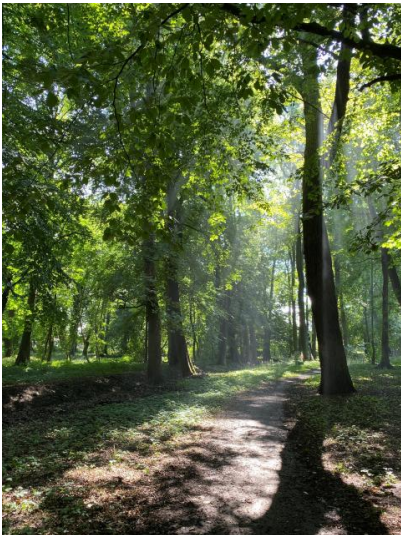
Empenhamo-nos em lograr uma recuperação e transição justas no nosso país, na Europa e no resto do mundo.

Décimo ensinamento: o futuro deve ser diferente do passado

Devemos aprender com esta crise e agir em conjunto.

Esta crise, após ultrapassada, permitir-nos-á retirar mais ensinamentos? Conseguiremos transformar esta crise numa nova oportunidade?

Estou convencida de que o futuro deve ser diferente do passado.



MARTIN SIECKER: SEMPRE O LADO POSITIVO DA VIDA

É uma situação completamente nova, é a primeira pandemia que vivi pessoalmente. Ao pesquisar na Internet, encontrei uma lista com as 10 pandemias mais graves da História e fiquei a saber que a última a atingir a Europa, antes da COVID-19, foi a gripe espanhola, em 1920. E eu posso ser velho – mas não tão velho.

Devido a uma doença respiratória crónica, a minha companheira é imunodeficiente e extremamente vulnerável a vírus e bactérias. Por isso, hesitamos muito em ter contactos com outras pessoas, o que gera experiências novas para ambos. Ela encontra-se mais ou menos em autoisolamento para evitar ser infetada. E eu tenho de fazer as coisas que costumavam caber-lhe a ela, nomeadamente ir ao supermercado. Antes da crise, eu ajudava, empurrando o carrinho das compras um metro atrás dela enquanto ela o enchia. Mas agora é diferente.

Empurrar era fácil – bastava segui-la, enquanto pensava em como criar um mundo melhor, e ela enchia o carrinho. Agora, que tenho de enchê-lo eu próprio, fico paralisado com o stresse da escolha diante de cada prateleira. A lista de compras inclui café, mas a prateleira propõe dezenas de marcas diferentes, todas com o mesmo aspeto. E de que papel higiénico precisamos – com 1, 2, 3 ou 4 folhas? A minha mulher sabe quais os produtos que quer e onde estão, entramos e saímos numa questão de minutos. Para mim, os supermercados são um labirinto: só não sinto o stresse da escolha na secção da cerveja, tudo o resto leva-

me horas – perdido em dilemas enlouquecedores.

Fiquei surpreendido com a resposta inicial dos neerlandeses à pandemia. Reagiram em unísono e com solidariedade. Infelizmente, a capacidade de concentração humana revelou-se bastante reduzida para um pequeno grupo de indivíduos unidos, mas lamentáveis – ao fim de algumas semanas, a sua solidariedade desapareceu. As pessoas deixaram de respeitar as regras, acusaram o governo de violar os seus direitos fundamentais e de limitar as suas quatro liberdades. Assim, a fim de reclamar o seu direito inalienável a festas, intentaram ações judiciais contra o Estado – perdidos numa perfeita loucura.

Graças a Deus vivemos na Europa, onde a democracia e o Estado de direito estão relativamente bem garantidos (na maioria dos Estados-Membros), e os cuidados de saúde são bastante bons em comparação com outras regiões do mundo. Se analisarmos a forma como a crise afeta as diferentes gerações, é patente que os jovens sofrem mais com o vírus devido à sua idade. Aos 19 anos, é suposto namorarmos, explorarmos a nossa sexualidade e descobrirmos a loucura do amor. Em alturas de pandemia, mesmo os abraços inocentes são tabu. Este tipo de situação transmite insegurança aos jovens – perdidos num desejo insatisfeito.

A questão fundamental é o que fazer com a economia. Um recomeço assente no princípio do retorno ao *statu quo* quando a pandemia estiver sob controlo? Ou aproveitar esta oportunidade, afastar-se de um sistema dominado por monopólios canibais e avançar para um modelo integrador, com iniciativas sustentáveis e de pequena escala em coexistência pacífica com grandes empresas responsáveis? A escolha entre manter o *statu quo* ou mudar o nosso comportamento «em carneirada» definirá o nosso futuro e decidirá da nossa sobrevivência ou extinção – perdidos no abismo da autodestruição.

Desejo-lhes uma boa vida, com meditação, reflexão e – se adequado – um exercício de *mea culpa*.



JOŽE SMOLE: «SAÍMOS DA CRISE UNIDOS E MAIS FORTES»

Fomos confrontados com uma situação nunca antes vivida por nós. O vírus apareceu de repente e espalhou-se muito rapidamente, levando a que todo o país ficasse em quarentena absoluta. Por se tratar de uma situação sem precedentes, faltava-nos experiência em como lidar com ela da forma mais eficaz. «E agora?», perguntávamos nós. No início, estávamos apavorados e indefesos. No setor empresarial, todos os planos para o ano em curso (2020) foram abandonados praticamente de imediato e, dada a situação de incerteza, também todos os planos futuros estão rodeados de um elevado grau de incerteza.

Fizemos todos a mesma pergunta: «E agora? Como agir nesta nova situação: a quarentena, o isolamento total e não saber quando isto tudo terminará?» Os maiores receios e preocupações são sempre causados pela incapacidade de prever o que acontecerá a seguir. Também as empresas reagiram assim inicialmente. Queriam que disséssemos até quando esta situação duraria, qual seria a resposta do governo e com que

tipo de auxílio poderiam contar. Já numa fase muito inicial, ficou claro que o impacto não seria igual para todos: para alguns setores económicos, como o turismo e a logística, a crise representaria a ruína, ao passo que a outros, como o setor das tecnologias da informação e a indústria alimentar, trouxe novas oportunidades e desafios.

Felizmente, o governo, embora recentemente formado, respondeu de forma célere e adequada, pelo que elaborámos conjuntamente programas de ação, de apoio, de incentivos, entre outros. Para o efeito, mantivemos contactos constantes e diretos com muitos dos nossos membros dos mais diversos setores, para estarmos o mais informados possível sobre a situação de cada setor específico, recolhermos o maior número possível de ideias sobre que tipo de ajuda seria mais eficaz e prestarmos informações aos representantes do governo.

Do que mais sinto falta é a comunicação e os contactos presenciais. A verdade é que, durante este período, a comunicação passou a ser feita em linha tanto quanto possível e a comunicação presencial praticamente desapareceu. O salto gigante da digitalização nas comunicações eletrónicas entre as empresas e entre o Estado e as empresas, bem como com o público e os utilizadores, pode ser considerado um dos maiores benefícios da COVID-19.

Ficou demonstrado que o mais importante é os cidadãos demonstrarem boa organização e disciplina na aceitação e no cumprimento das instruções e das medidas, pois só estas podem conduzir às soluções certas.

O facto é que a COVID-19 introduzirá alterações em muitos domínios. No entanto, nem sequer sabemos quanto tempo durará a epidemia de COVID-19; também não sabemos se, na sequência da epidemia, haverá várias vagas de COVID-19, uma vez que não nos livramos do vírus de forma permanente. A crise tem-se manifestado em todos os domínios, desde a educação e a saúde aos setores financeiro e económico, entre outros. Não sabemos qual será a situação depois de a crise terminar ou a gravidade com que será afetada a economia.

Ainda não sabemos o que vai mudar; portanto, é errado perguntar quais os postos de trabalho que serão eliminados. Temos de envidar todos os esforços para garantir que, quando a crise terminar, as nossas empresas e, por conseguinte, os nossos empregos, sejam tão competitivos quanto possível. Este objetivo será alcançado não só com a ajuda dos auxílios estatais, mas também através da formação contínua a todos os níveis.

O facto é que o período de isolamento demonstrou claramente que a comunicação digital não pode, por si só, substituir os contactos presenciais, seja nas escolas, no contexto empresarial ou noutras atividades. Assim, o nosso objetivo é, naturalmente, restabelecer a comunicação presencial, tanto dentro da nossa associação como com todos aqueles com os quais atualmente comunicamos apenas através de ferramentas em linha.



JANUSZ PIETKIEWICZ: SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL E A PANDEMIA

No final de fevereiro/início de março, enquanto decorriam estudos e debates, partilhámos com os nossos amigos da Bulgária o alegre espírito das celebrações da *Martenitsa*, como sempre fazemos nessa época do ano. Colocámos as finas pulseiras de fio vermelho e branco entrelaçado e divertimo-nos com os pequenos bonecos de lã oferecidos como amuleto de boa sorte. O otimismo da chegada da primavera estava no ar. Trocámos votos de boa sorte para a reta final do mandato quinquenal no CESE.

Evitámos instintivamente a ameaça que o vírus vindo da Ásia colocava à nossa vida organizada no coração da UE. É verdade que já havia sinais e alertas sérios a emanar do sul da Europa, mas os procedimentos das instituições europeias vinham antes da pandemia. Além disso, como diziam na brincadeira os nossos colegas do outro lado do Danúbio, em última instância, um gole do medicamento da farmácia lá de casa, ou seja a *rakia* (aguardente) da *Martenitsa*, ajuda sempre. Com efeito, os apelos para disponibilizar desinfetantes nas salas de reunião foram ignorados, mas fomos sempre assegurados de que a ameaça era acompanhada de perto, o que nos tranquilizou nos nossos receios em relação ao vírus.

Na quarta-feira, 11 de março, ainda debati no grupo de estudo ECO/505 as recomendações relativas ao Plano de Investimento para uma Europa Sustentável. Nas secções, preparávamos planos de ação, reservávamos as próximas viagens. De repente, uma semana mais tarde, a nossa vida parou. *Lockdown!* Posso compará-lo metaforicamente à travagem brusca de um comboio a alta velocidade com as faíscas a saírem dos carris.

Ninguém estava à espera destas medidas de confinamento que se tornavam de dia para dia cada vez mais restritivas. As fundações da nossa vida estremeceram. Um tsunami mental, peculiar, «uma tristeza a fluir de uma atitude mental», para utilizar as palavras de Ildéfons Gałczyński. O sobressalto de ter de permanecer em casa e o medo quotidiano. Perguntas sobre as possibilidades de conseguir ajuda e de encontrar produtos essenciais, a necessidade de rever os nossos hábitos.

Não imaginei que a próxima vez que viria a Bruxelas seria apenas em junho, viajando de carro por autoestradas vazias, pois as ligações aéreas ainda não tinham retomado. Recordo ter imprimido o documento que recebi por correio eletrónico do secretário-geral com a autorização oficial de viajar – o documento *COVID-19 laissez-passer*, emitido em 29 de maio de 2020 em quatro línguas oficiais e adornado por um selo redondo imponente. Era a garantia de que não seria obrigado a fazer quarentena.

Para jogar pelo seguro, confirmei que seria mesmo assim e telefonei aos gabinetes alemães – *Gesundheitsamt* – dos vários estados federados, antes de iniciar a minha viagem. No dia 8 de junho, participei na primeira reunião híbrida do grupo de estudo ECO/510, em Bruxelas, e posteriormente na reunião plenária de 10 e 11 de junho.

Os meios de comunicação social públicos e as redes sociais já estavam a ser inundados com comentários e suspeitas sobre os criadores reais imaginários do vírus. É pena que, até agora, esta situação ainda não

tenha conduzido à elaboração de uma obra prima contemporânea semelhante ao *Decameron* de Giovanni Boccaccio do século XIV ou *A Peste* de Albert Camus de 1947, que revelam verdadeiramente os defeitos da natureza humana e o combate da humanidade contra a doença.

Sob o prisma da experiência do confinamento mundial e dos alertas para um novo ataque do SARS-CoV-2, desta vez na companhia da gripe sazonal, responsável anualmente por várias mortes – mesmo mais do que atualmente a COVID-19 –, refleti sobre o significado dos serviços de interesse geral, descuidados há anos.

Finalmente, a pandemia de COVID-19 revelou a função estabilizadora e extremamente importante dos prestadores desses serviços a nível local, regional e europeu. Por fim, o setor social começou a acreditar no seu papel fundamental, em que assenta o modelo social europeu, e, eventualmente, na recuperação positiva da economia, no âmbito do *Next Generation EU* e do Pacto Ecológico Europeu.

Numa situação de crise, os serviços de abastecimento de água e energia, de tratamento de resíduos e os transportes públicos asseguraram que a vida pudesse continuar a fluir nas nossas comunidades e proporcionaram segurança. Afinal de contas, sem o anterior investimento nesse setor, não teria sido possível lidar com questões do quotidiano, como tomar um duche em casa, fazer um café ou ir para o trabalho ou para o hospital sem atrasos. O mesmo se aplica aos cuidados de saúde, aos cuidados às pessoas com deficiência e aos idosos. Não teria sido possível funcionarem sem procedimentos de emergência em situações de crise, ou se os serviços de interesse geral não tivessem beneficiado da compreensão política e do apoio da sociedade.

Do mesmo modo, temos de reconhecer a enorme importância do setor da educação, da investigação e da cultura no seu sentido mais lato e só depois podemos pensar em queixarmo-nos das dificuldades que sentimos durante a crise.



GIULIA BARBUCCI: AO LONGO DESTES MESES, A VOZ DOS SINDICATOS FEZ-SE OUVIR MAIS DO QUE NUNCA

11 de março, regresso a Roma, a casa. Clima pesado, angústia; no norte de Itália já se contam os mortos. A minha filha Ilaria regressou de Milão, onde estuda, e a Miriam, a mais velha, que vive e trabalha em Barcelona, está muito preocupada.

Ao final da tarde, o primeiro-ministro Giuseppe Conte impõe a quarentena em todo o país. Nas zonas «vermelhas» do Norte, o confinamento havia já sido decretado, prevendo o isolamento dos cidadãos dessas áreas.

As escolas são encerradas, o campeonato de futebol e as atividades lúdico-desportivas são suspensas, as visitas aos doentes nos estabelecimentos de saúde são proibidas. Não se pode viajar, nem em transportes públicos nem em transporte privado, e as atividades produtivas não essenciais são interrompidas.

A Itália está mergulhada numa realidade inconcebível. Desorientação, medo: o vírus parece propagar-se de forma descontrolada e imparável.

Duas imagens simbolizam esta dura realidade: a longa coluna de meios militares em Bérgamo a transportar os cadáveres para fora da região por falta de espaço nos cemitérios, e a marcante e indelével imagem, transmitida na televisão em 28 de março, do Papa Francisco a pregar numa Praça de São Pedro deserta.

Os sindicatos italianos rapidamente se mobilizam, juntamente com o governo, para assegurar a continuidade das atividades produtivas essenciais, de modo a garantir aos cidadãos o reabastecimento necessário dos supermercados e de medicamentos nas farmácias. Os sindicatos nunca deixaram de trabalhar em prol dos que perderam o seu emprego, de procurar acordos com os empregadores para tornar possível o teletrabalho e de pugnar pelo apoio ao rendimento, que deixou de estar garantido.

A situação nos hospitais está fora de controlo. Não há camas disponíveis e os cuidados intensivos estão no limite das suas capacidades, assim como os profissionais do setor da saúde: enfermeiros, médicos e pessoal auxiliar, obrigados a permanecer em quarentena e sem poderem regressar a casa, trabalham incansavelmente, com a carga psicológica de cuidar de pessoas que morrem sem o conforto dos seus entes queridos.

«Jamais esqueceremos o que está a acontecer», era o pensamento que nos assaltava a todos neste período. Hoje, tentamos seguir em frente, mas ainda não vencemos o vírus: assiste-se a surtos de maior ou menor dimensão nos diferentes países da União Europeia e cada um deles responde da forma que lhe parece mais apropriada, com as suas próprias medidas. Num momento em que, face ao enorme esforço económico exigido a todos os países, a União Europeia deveria atuar de forma coesa, coordenando os esforços dos vários Estados-Membros, constatamos que esta realidade ainda é difícil de concretizar. Mas não se pode vencer esta guerra sozinho.

Ao longo destes meses, a voz dos sindicatos fez-se ouvir mais do que nunca. Os sindicatos não são um conceito abstrato: são os trabalhadores e as trabalhadoras que transmitem ao país as suas justas reivindicações de igualdade social, dignidade e respeito. Quem conviveu de perto com a realidade dos hospitais, dos lares, do comércio, dos serviços de limpeza, dos transportes e das empresas que violam os direitos básicos em matéria de saúde e segurança no local de trabalho está em posição de nos mostrar como mudar um modelo económico e social que está a revelar as suas limitações e a pôr em risco o futuro das gerações seguintes.

É isto que quero para as minhas filhas Ilaria, que estuda em Milão, e Miriam, que trabalha em Barcelona – um mundo à sua medida: sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social.



DILYANA SLAVOVA: A COVID-19 ENSINOU-ME A NÃO ADIAR PROJETOS PESSOAIS

O impacto da pandemia tornou as fronteiras na Europa de novo visíveis, em alguns casos até dentro do mesmo país. Poder-se-ia pensar que, conseqüentemente, o âmbito da cooperação transnacional entre regiões e municípios tenha diminuído. Mas, na verdade, aconteceu exatamente o contrário.

Então, como foi a experiência de confinamento na Bulgária? Bem, para uma adepta de atividades ao ar livre dinâmica e enérgica como eu, foi difícil. Havia muitas restrições. Tínhamos de ficar em casa e só podíamos

sair durante o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de produtos essenciais para comprar alimentos, medicamentos ou bens de uso doméstico. O distanciamento social de 1,5 m era obrigatório quando se caminhava dentro e fora das lojas. Foi bastante complicado: sempre que saíamos da cidade de Sófia tínhamos de preencher um formulário indicando o motivo da deslocação e o local para onde íamos. Éramos obrigados a mostrar o formulário à polícia, quando solicitados.

A notícia positiva é que a população ficou muito mais autossuficiente e os residentes valorizam muito mais os alimentos locais, os fornecedores locais e as cadeias de abastecimento alimentar curtas. A procura de alimentos provenientes das explorações agrícolas e de alimentos comprados diretamente aos produtores aumentou. Existem iniciativas de base que promovem a jardinagem e a produção em pequena escala de legumes e ervas aromáticas.

Os mercados continuam abertos ao público. Representam um local tradicional para a venda de alimentos, sementes, plântulas, fruta, legumes e flores. Manter os mercados abertos – cumprindo medidas de segurança rigorosas – contribui para preservar uma sensação de normalidade e de rotina.

Nas zonas de montanha, alguns grupos de ação local também têm estado muito ativos. Para reforçar o apoio aos produtores locais de alimentos locais durante a pandemia, têm vindo a recolher e a partilhar contactos úteis nos seus sítios Web.

Com efeito, em cumprimento das várias restrições de viagem e de contacto, na minha organização, tivemos de cancelar muitas reuniões e eventos presenciais que normalmente facilitam a criação de iniciativas de cooperação e a difusão dos resultados. No entanto, estas restrições não cessaram as nossas atividades – longe disso. Continuamos a trabalhar em conjunto de forma eficiente para tornar as regiões de montanha mais fortes e até mais resilientes. Em alguns casos, adaptámos os nossos planos de trabalho e estamos agora a desenvolver soluções comuns para ajudar as regiões e os municípios da UE vulneráveis a lidar melhor com a situação de emergência atual.

Criámos uma plataforma de ajuda para promover a solidariedade nas zonas rurais, nomeadamente a solidariedade entre as pessoas, ligando as pessoas que necessitam de assistência a voluntários que estão dispostos a «dar uma mão». Atualmente, o principal objetivo da plataforma é ajudar as pessoas vulneráveis, com deficiência e idosas nas compras ou nos trabalhos domésticos (excluindo cuidados pessoais), bem como os pais que precisam de trabalhar e que, após esgotarem todas as outras soluções, necessitam de

serviços de *babysitting* para os seus filhos.

Surgiram muitas outras iniciativas nas zonas rurais e de montanha, ilustrando a resiliência e o forte sentido de ajuda mútua que prosperam nas nossas comunidades. O que eu aprendi durante este período é que não devo adiar os meus projetos pessoais! Em tempos difíceis, ser-se ativo é a nossa salvação.



CLAUDINE OTTO: A NÍVEL EUROPEU, HÁ QUE PENSAR NUMA MAIOR AUTONOMIA EM RELAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO.

Com o início do confinamento, as ruas ficaram desertas. O que é impressionante é o silêncio. Acabaram-se as correrias de um lado para o outro, as deslocações ao estrangeiro para duas horas de reunião, as buzínadelas na cidade, os autocarros que não chegam... Como tantos outros, submetemo-nos a este isolamento forçado, tentando, melhor ou pior, adaptarmo-nos a este novo modo de vida. Se, para mim, era fácil passar a fazer teletrabalho, já para o meu marido isso era inconcebível porque nem a sua profissão nem as infraestruturas o permitiam. No entanto, esta inadaptação fez com que ele passasse algumas noites em branco devido aos níveis recorde de absentismo dos seus empregados. O medo propagou-se, pelo menos, tão rapidamente como o próprio vírus.

Agora que a primeira vaga já passou, pergunto-me em que estado psíquico, social e económico vamos sair desta crise? Se a pandemia nos fez alterar a ordem de prioridades e repensar o que é essencial, e fez despertar em nós uma maior sensibilização ecológica, ela também foi testemunha de comportamentos individuais a nível nacional e mundial. Ninguém no Luxemburgo imaginava que fosse possível assistir de novo ao fecho das fronteiras. Os trabalhadores transfronteiriços são essenciais para o Grão-Ducado e a restrição da liberdade de circulação das pessoas fez-nos rezear que houvesse uma escassez de prestadores de cuidados de saúde, entre outros profissionais.

Esta crise é também uma ocasião para refletirmos sobre a nossa própria vulnerabilidade. Descobrimos que estamos dependentes, não só dos prestadores de cuidados de saúde, mas também do comportamento dos outros.

A recuperação económica será feita em conjunto. Há que evitar o nacionalismo e o fecho das economias sobre si mesmas, embora alguns países, em nome da resiliência, invoquem a nacionalização das cadeias de valor. A nível europeu, há que pensar numa maior autonomia em relação à globalização. Com esta crise, temos, por assim dizer, a oportunidade de parar por um momento, o que nos ajudará a refletir sobre nós próprios.



RENATE HEINISCH: UNIR ESFORÇOS PARA VENCER A SOLIDÃO

Enquanto farmacêutica, durante a pandemia de COVID-19, ocupei-me intensamente do tema da medicina de género. Particularmente no domínio da saúde mental, saltam à vista as diferenças entre os géneros no que diz respeito à COVID-19.

Em comparação, os homens são internados com maior frequência nas unidades de cuidados intensivos e também morrem com maior frequência, sobretudo os mais jovens.

Desde o início do confinamento, adoecem mais mulheres jovens, condicionadas pelo seu novo papel: emprego precário, mais trabalho a tempo parcial, mais contactos, menos teletrabalho, prestação de cuidados.

Temos de voltar a analisar, no seio das famílias, o papel das mulheres e dos idosos, pois também estes são alvo de discriminação. Continuarei a realizar diálogos sobre este tema.

Nesse período, sentada num banco em frente à nossa farmácia, debati este assunto com membros da minha família e todos se mostraram entusiasmados com estas conversas.

Também fui até ao lar da nossa localidade e, da rua, cumprimentei os idosos que estavam lá em cima nos seus quartos e cantei com eles.

Temos de vencer a solidão e apoiar os familiares. A política deve ter isto em conta e fomentar o emprego neste domínio, mas, até que se concretize, todos devemos prestar apoio.

Também falei com pais e coloquei questões sobre a educação. Além disso, organizei videoconferências com professores sobre as competências digitais.



LAURE BATUT: MEDO, RESILIÊNCIA, E DEPOIS?

Primeiro, o medo, a estupefação

Medo, medo do visceral. Daquele que tudo imobilizou e que, na contagem dos mortos ao final de cada dia, nos faz rezear por aqueles que nos são mais próximos, pelos mais jovens, pelos mais velhos, pelos mais frágeis.

Medo daquele que nos recorda que as trevas nos cortejam, que nos aguardam.

Estupefação pela impreparação dos serviços centrais de saúde franceses: dos profissionais de saúde, que se batiam na linha da frente, aos cidadãos, na retaguarda, a todos faltavam os meios básicos para se protegerem e para cuidarem. Estupefação também pelo facto de a sociedade de todo um país como a França, territórios ultramarinos incluídos, ter sido capaz de cessar, num ápice, todos os sinais de atividade humana, deixando escolas e cidades desertas depois de um inverno inteiro de legítima agitação social nas ruas.

O mundo, ainda mais globalizado por força da pandemia, acabou fragmentado pelo confinamento numa multitude de indivíduos justapostos. A pandemia aprofundou todas as disparidades.

O regresso do Estado

Os serviços públicos, nomeadamente os serviços de saúde, têm como missão fazer triunfar a vida. Pouco a pouco, começaram a beneficiar de medidas de apoio logístico, por vezes temperadas com algum «show off», como o transporte de alguns doentes de comboio ou helicóptero, quando havia clínicas privadas dispostas acolhê-los que não eram solicitadas.

O Estado apoiou as empresas que prestam serviços essenciais aos cidadãos para que a vida pudesse prosseguir, assegurando o aprovisionamento, os serviços de limpeza, etc.

No entanto, os seus trabalhadores encontravam-se em situações muito distintas no que respeita à proteção contra o vírus, e nem sempre foram devidamente recompensados pelo seu esforço.

Depois, a resiliência

Depois, veio a resiliência pela ligação: dos professores com os seus alunos; através das redes sociais, do telefone, da rádio, da televisão, dos meios de comunicação social; porque era essencial ou simplesmente lúdica. Era necessário ocupar o tempo, geri-lo, trabalhar. Os cidadãos, todos os dias, às 20 horas, aplaudiam os profissionais de saúde à janela; o Estado, por seu turno, não lhes deu o reconhecimento esperado.

Os trabalhadores redescobriram as suas próprias capacidades de inovação. O teletrabalho, que por vezes foi negado a alguns trabalhadores, difundiu-se a grande velocidade. Os pais, especialmente as mães, tiveram de assumir duas profissões: a sua e a de professor.

O papel dos sindicatos enquanto intermediários entre os trabalhadores, os empregadores e o governo reforçou a legitimidade da sua ação no país. Espera-se que não sejam só ouvidos mas, acima de tudo, escutados.

A Europa

A UE, com as primeiras declarações da Comissão, também nos surpreendeu a todos.

O que nos foi anunciado era muito mais do que um Plano Marshall. Que ímpeto para a recuperação! Mas rapidamente os governos e o Parlamento encontraram os motivos de procrastinação que bem conhecemos.

Enquanto isso, muitas empresas de pequena dimensão, com poucos trabalhadores e recursos financeiros limitados, vão entrando em situação de falência no país, outros tantos pequenos restaurantes são vendidos com prejuízo e os jovens acabados de se lançar no mercado de trabalho vêm-se sem opções. Os bancos,

esses, têm primado pela ausência. Os trabalhadores têm o direito de receber prestações de desemprego parcial até setembro, mas e depois? Apesar de receberem auxílios avultados dos respetivos Estados, as grandes empresas, como a Air France-KLM (que recebeu 7 mil milhões de euros dos Países Baixos e da França) ou a Airbus, permitem-se despedir trabalhadores. É escandaloso. E tudo isto quando depois do verão teremos mais 700 mil jovens a chegar ao mercado de trabalho.

E o futuro?

Começa a assemelhar-se cada vez mais ao passado! Em primeiro lugar, porque o vírus continua a propagar-se. E depois, porque as reformas em curso no «pré-pandemia» vão regressar no «pós-pandemia», quando os trabalhadores em França não o querem. O governo garante aos cidadãos que não deverão ser os impostos a financiar a queda de 13% do PIB, mas o cortejo de despedimentos e os aumentos de preço parecem não ter fim este verão: energia, transportes, fruta e produtos hortícolas, etc.

Tendo em conta as lições retiradas desta crise, a organização do trabalho vai evoluir. O teletrabalho, o trabalho em plataformas digitais e por videoconferência exigirá regulamentação que ainda não existe. Após a resiliência, impõe-se a vigilância. Será que a crise nos vai mostrar que os mais fortes do ponto de vista económico se saem sempre melhor e que os que têm menos recursos sofrem cada vez mais? Na região de Paris, foi o departamento mais pobre que registou o maior número de infetados. Nada de novo, portanto.



BENTE SORGENFREY: PRIVILEGIAR OS ASPETOS ESSENCIAIS DA MINHA VIDA

Quando a crise da COVID-19 eclodiu na Dinamarca, em 11 de março, eu e os meus colegas empenhámo-nos em assegurar um encerramento ordenado das atividades dos nossos membros. Muitos trabalhadores tiveram de trabalhar a partir de casa e outros viram-se confrontados com situações de grande tensão nos hospitais, nos lares e no setor dos serviços, que permaneceram abertos durante a crise. Impunham-se respostas claras e uma cooperação estreita com os colegas.

Sou igualmente vice-presidente da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), pelo que também tive trabalhar com colegas de outros países.

Fiquei muito satisfeita quando, em 14 de março, o Governo dinamarquês

e os parceiros sociais celebraram um acordo tripartido sobre a compensação salarial temporária. O acordo abrange os trabalhadores de empresas privadas que atravessam uma situação financeira particularmente difícil devido à COVID-19.

Puderam utilizar este novo regime de compensação salarial as empresas que optaram por não recorrer aos regimes que permitem suspender temporariamente o contrato de trabalho e a remuneração dos trabalhadores. Foram criados regimes de apoio às pequenas empresas, aos trabalhadores por conta própria

e aos *freelancers*. Algumas partes do acordo expiram em breve e estamos atualmente a negociar a sua substituição, para que os trabalhadores continuem a ser protegidos.

Estou a trabalhar a partir de casa e rapidamente me tornei uma utilizadora intensiva das novas ferramentas virtuais. Este tempo em casa poderia ter sido muito desgastante perante a incerteza sobre o futuro, mas acabou por me permitir concentrar-me inteiramente no meu trabalho e dedicar mais tempo à minha família. Estou convencida de que estes últimos meses fomentaram, em mim e nos meus colegas, um maior capacidade para nos focarmos na nossa missão principal e contribuíram para uma maior disciplina nas reuniões. A título pessoal, este período tem-me permitido privilegiar os aspetos essenciais da minha vida.



ARNAUD SCHWARTZ: CRISES SANITÁRIAS, ECOLÓGICAS, SOCIAIS E ECONÓMICAS: PARA UM MUNDO HABITÁVEL, COOPEREMOS

Em vez de atitudes nacionalistas e de tentações autoritárias, a cooperação afigura-se vital a nível europeu. A colaboração entre os Estados é indispensável para combater o vírus, bem como as suas causas e consequências, uma vez que as pandemias futuras – tal como a poluição, as alterações climáticas e a crise da biodiversidade – não conhecem fronteiras. A Europa tem recursos fortes que permitem colocar o interesse geral no centro do desenvolvimento do continente. Se melhorarmos o Pacto Ecológico, a política agrícola comum e o Quadro Financeiro Plurianual, podemos proceder a uma reorientação importante dos projetos e dos fundos europeus e nacionais para que a Europa, primeira potência mundial, retome a trajetória de um mundo habitável.

Privilegiar a cooperação em vez da concorrência, do nível individual ao nível internacional, está muito longe de ser uma tarefa fácil. Defender apenas o interesse pessoal parece ser tão mais cómodo. Face a esta tentação, devemos recordar que essa visão a tão curto prazo conduz à nossa perdição: os seus resultados retornarão com violência num efeito de ricochete. As crises são históricas, o desafio afigura-se gigantesco e não é sozinhos que conseguiremos superá-lo.

O meu apelo é, por conseguinte, inequívoco: para sair destas crises, coloquemos os nossos egoísmos de parte e cooperemos ao serviço do interesse geral. Cuidem de vós, dos vossos familiares, dos desconhecidos carenciados, do mundo vivo que nos rodeia e esforcemo-nos por dar a volta por cima para sair destas crises sem precedentes que atravessamos.

NOTÍCIAS DO CESE

Isabel Caño Aguilar, vice-presidente responsável pela Comunicação: É apenas um adeus

Há um momento para tudo. Chegou agora o momento de me despedir. Passámos dois anos e meio juntos. Desde abril de 2018, tenho a honra de ser a vice-presidente responsável pela Comunicação, na companhia de **Milena Angelova, vice-presidente responsável pelo Orçamento**.

Aproveito esta ocasião para vos agradecer, leitores do CESE Info, pela vossa fidelidade. Tivemos o privilégio de partilhar os melhores momentos dos nossos eventos, seminários, debates, encontros, plenárias, ou seja, de todas as iniciativas que marcaram o mandato do CESE sob a presidência do **presidente Luca Jahier**.

À Direção da Comunicação, tive a felicidade de trabalhar com uma equipa muito boa. Guardo na memória todas e todos os colaboradores que me apoiaram ao longo deste período, as mulheres e os homens cujo contacto me enriqueceu, que me ensinaram a dar mais atenção ao mundo que nos rodeia e com os quais partilhei todas as iniciativas do mandato. Sem o seu trabalho, sem o seu empenho, sem o seu entusiasmo, a minha missão teria sido impossível.

Quantas vezes não pusemos em prática o pensamento de Hannah Arendt: «as palavras justas encontradas no momento certo equivalem a ação!».

Quantas lembranças, quantos rostos e quantas palavras ficarão gravadas na minha memória. Cito os jornalistas dos seminários dos meses de dezembro, designadamente as palavras de Andrew Caruana Galizia, que lançou um apelo à liberdade de expressão, o discurso de Marta Lempart, o segundo prémio da sociedade civil em 2019, dedicado à igualdade e atribuído ao movimento «Luta das Mulheres Polacas», que apelou às mulheres para mostrarem que podem fazer a diferença.

Recordo os conselhos dos correspondentes dos meios de comunicação social em Bruxelas que convidámos para as reuniões da COCOM: «Escutem os vossos membros, pois têm todos e todas histórias para contar».

Recordo os debates, por vezes muito animados, que preencheram as salas em que nos reunimos em Atenas e Málaga. Em 2018, o seminário de Atenas, no berço da democracia, permitiu-nos redescobrir as raízes dos nossos valores europeus. Em 2019, reunimo-nos em Málaga numa universidade repleta de iniciativas de jovens, em que reiterámos que a União Europeia é um projeto que se deve construir com a sociedade civil.

A partir de março de 2020, vimo-nos obrigados ao confinamento e a reorganizar o nosso trabalho quotidiano. A pandemia forçou-nos a viver, mas também a trabalhar, de forma diferente. O Comité reagiu com celeridade e, em 17 de março, publicámos uma declaração e apelámos a maior solidariedade e a uma ação comum ao nível europeu para fazer face, com eficácia, às consequências da pandemia.

Trabalhámos de par com as outras instituições para combater a crise ao nível social, económico e político. Enquanto representantes da sociedade civil organizada, falámos a uma só voz, afirmando que só juntos somos mais fortes para enfrentar a crise.

Enquanto departamento da Comunicação, assegurámos a presença mediática dos nossos trabalhos legislativos que nunca cessaram, mas também quisemos ficar a conhecer de que forma os membros do CESE trabalhavam no seu país, nas suas próprias organizações, para lutar contra as consequências da pandemia.

A nossa rubrica «Dessine-moi...» deu a palavra aos membros, que partilharam connosco as suas emoções, reflexões e observações sobre os momentos em suspenso que viveram ao longo da pandemia, mas que permitiram, acima de tudo, «redescobrir» a diversidade do nosso Comité, assim como todas as ações realizadas pelos sindicalistas, empresários e os membros de outras organizações da sociedade civil.

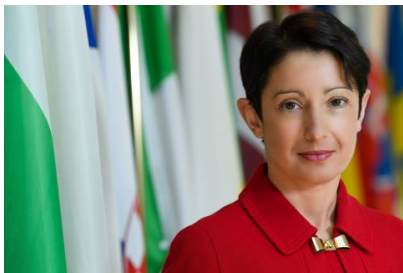
Em breve, damos início a um novo capítulo na história da nossa instituição. Agradeço a todas e a todos o vosso trabalho, empenho, devoção e, sobretudo, a disponibilidade que revelaram para comunicar o Comité Económico e Social Europeu.

Agradeço aos leitores e leitoras do CESE Info, sempre ávidos de receber as notícias do CESE, obrigada aos membros por partilharem as suas reflexões, obrigada aos grupos, obrigada às secções, e obrigada aos tradutores pelo trabalho minucioso que realizam não obstante a pressão do tempo.

Um grande obrigado à nossa equipa da Unidade da Imprensa pela sua eficácia e criatividade, e por terem conseguido publicar este produto que continua a atrair cada vez mais leitores. Obrigada aos colegas da Unidade INF pela nota artística e técnica que conferiram à produção do CESE Info.

Não vos deixo, fico convosco no meu papel de membro. Têm em mim uma fervorosa apoiante de todas as ações ligadas à informação e à comunicação.

A minha última mensagem, emprestada de Albert Camus, é um repto que lanço na esperança de que possamos aplicar este lema todos os dias: «Criar é viver duas vezes».



Milena Angelova, vice-presidente responsável pelo Orçamento: Escolher a melhor linha de ação

A União Europeia vive momentos dinâmicos e cruciais. Necessita dos esforços coordenados e das sinergias entre todas as instituições, todas as partes interessadas e todos os cidadãos europeus, a fim de encontrar a estratégia certa para superar todos os desafios e desempenhar um papel de interveniente forte na cena mundial. O Comité Económico e Social Europeu tem um papel importante neste processo, enquanto plataforma única que reúne e transmite os pontos de vista dos empregadores, dos trabalhadores e das organizações da sociedade civil sobre todos os aspetos pertinentes para a melhoria do desempenho na concretização do nosso projeto europeu comum.

É da responsabilidade da Presidência do CESE aproveitar o potencial do Comité e escolher a melhor linha de ação para cada mandato, lançar prioridades políticas comuns e definir a melhor forma de as executar. Foi uma grande honra e um prazer servir em conjunto com os meus estimados colegas durante os últimos dois

anos e meio e, juntamente com eles, trabalhar para alcançar este objetivo. Os nossos esforços conjuntos assentaram na convicção de que cada membro do CESE tem competências, experiência e conhecimentos únicos e serve de ponte às empresas e aos cidadãos em toda a Europa, sendo uma ligação imediata ao seu círculo eleitoral nacional. Por conseguinte, tudo fizemos para que todos os membros do CESE usufríssem do melhor ambiente, condições e apoio para libertarem o seu potencial e criatividade, de modo que os seus contributos fossem aproveitados da melhor maneira e combinados sob a forma de pareceres profissionais, representativos e equilibrados. Os nossos esforços visavam um aumento considerável da visibilidade, assim como uma maior estruturação no seguimento e na divulgação do nosso trabalho em toda a Europa – perante as instituições europeias e dos Estados-Membros, os decisores e as organizações parceiras.

É com orgulho e gratidão que constato tudo o que alcançámos juntos, unindo as nossas forças enquanto equipa eficiente e coerente, empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades e de condições para que cada membro do CESE contribua para o êxito comum do nosso Comité no cumprimento da sua missão. E faço votos de muito sucesso para a próxima equipa presidencial durante o novo mandato!



Inteligência artificial: legislação da UE deve estabelecer limites de segurança para aplicações de alto risco

A biometria para efeitos de seguimento, vigilância e deteção de emoções não tem lugar na estratégia europeia para a inteligência artificial (IA) centrada no ser humano, defende o CESE no seu [Parecer](#) – [Livro Branco sobre a IA](#) da Comissão Europeia, adotado na reunião plenária do CESE em julho.

A Comissão Europeia propôs que uma aplicação de IA seja considerada de alto risco se implicar um setor de alto risco (saúde, transportes, energia e partes do setor público) e uma utilização de alto risco, com a possibilidade de definir algumas exceções. Apenas se ambas as condições forem preenchidas será possível falar de IA de alto risco, a qual ficará sujeita a regulamentações e a estruturas de governação específicas.

O CESE considera que esta definição corre o risco de criar lacunas potencialmente perigosas.

«Vejamos a política de publicidade do Facebook», defendeu a relatora do parecer Catelijne Muller. «A publicidade é um setor de baixo risco e a função de compilação de notícias do Facebook pode ser considerada como uma utilização também de baixo risco. No entanto, verificámos que durante as campanhas eleitorais a disseminação no Facebook de notícias falsas e falsificações profundas geradas com recurso à IA pode ter muitos impactos negativos e influenciar o voto das pessoas, havendo mesmo interferências de fora da Europa.»

O CESE considera que seria mais judicioso elaborar uma lista de características comuns que devem ser consideradas de alto risco independentemente do setor.

O CESE insiste na proibição da biometria assente na IA para efeitos de vigilância ou de seguimento, avaliação ou categorização dos comportamentos humanos ou das suas emoções. «Tanto mais que não há

provas científicas de que se pode distinguir os sentimentos de uma pessoa com base na sua biometria», sublinhou Catelijne Muller.

O CESE alerta ainda contra o impulso incontrolado, que começa a permear a nossa sociedade, de adotar tecnologia de localização e seguimento a fim de lutar contra a pandemia de COVID-19.

«As tecnologias e abordagens em matéria de IA para lutar contra a pandemia devem obedecer aos mesmos critérios de robustez, eficácia, transparência e fundamentação como qualquer outra tecnologia de IA noutras situações», afirmou Catelijne Muller. «Devem respeitar os direitos humanos, os princípios éticos e a legislação. Devem também ser voluntárias, pois, independentemente da nossa vontade, muitas das tecnologias adotadas durante a crise tornar-se-ão permanentes». (dm)



Estratégia da UE para a Igualdade de Género não pode deixar de dar resposta ao impacto negativo da crise da COVID-19 nas mulheres

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) insta a Comissão Europeia a pôr rapidamente em prática a sua nova Estratégia para a Igualdade de Género e a combater, ao mesmo tempo, o impacto negativo

da pandemia de COVID-19 nas questões de género, ao exacerbar as desigualdades entre homens e mulheres no plano social e económico, a violência contra as mulheres e as diferentes formas de discriminação de que são alvo.

«Com a COVID-19, aumentou a exposição das mulheres à violência, à pobreza, a múltiplas formas de discriminação e à dependência económica. A estratégia deve ser posta em prática sem demora, a fim de evitar que as mulheres continuem a pagar o preço da pandemia», afirmou **Giulia Barbucci**, relatora do parecer do CESE sobre a igualdade de género, adotado na reunião plenária de julho.

No seu parecer, o CESE defende que a Comissão deve certificar-se de que a estratégia tem em conta as repercussões negativas da crise na igualdade de género e que a perspetiva de género é integrada em todas as medidas de recuperação dos Estados-Membros.

A correlatora do parecer, **Indrė Vareikytė**, sublinhou o importante papel desempenhado pelos meios de comunicação social na criação e perpetuação de estereótipos que conduzem ao preconceito contra as mulheres e aprofundam as desigualdades.

Afirmou ainda que o CESE apela para a inclusão de uma nova prioridade temática – comunicação social e publicidade – no próximo Índice de Igualdade de Género publicado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE). Os meios de comunicação social devem, por conseguinte, adotar códigos de conduta e outras medidas que proíbam o sexismo e promovam o desmantelamento de estereótipos.(II)



A concretização da neutralidade climática dependerá, em grande medida, da capacidade da UE para envolver os seus cidadãos

A concretização da neutralidade climática dependerá, em grande medida, da capacidade da UE para envolver os seus cidadãos. A tarefa de enfrentar os desafios climáticos e ambientais tornou-se uma grande prioridade para a UE. Das alterações climáticas à emergência climática, a UE tem de realizar mudanças substanciais que promovam uma economia de bem-estar.

Para dar resposta a tais desafios e induzir essas mudanças, a Comissão Europeia adotou o Pacto Ecológico Europeu e lançou uma consulta para recolher opiniões sobre a forma de envolver os cidadãos no Pacto Europeu para o Clima.

O CESE foi, por conseguinte, chamado a elaborar um parecer com indicações sobre a forma de tirar partido das estruturas existentes, como o diálogo e as assembleias de cidadãos, para obter a participação pretendida da sociedade nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que o êxito de todas as ações climáticas dela dependerá.

«No âmbito da execução do Pacto para o Clima, a Comissão tem a grande oportunidade e obrigação de conceber uma abordagem inovadora que reflita, apoie e inspire as ações já em curso na sociedade civil, nas comunidades, nos municípios e nas regiões», sublinhou Dimitris Dimitriadis, relator do Parecer – Pacto Europeu para o Clima.

Além disso, a Comissão propôs definir na legislação europeia uma nova meta para 2030, através da [Lei Europeia do Clima](#) recém-proposta, que estabelece um objetivo juridicamente vinculativo de emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa até 2050.

«Não haverá momento mais importante do que este, no início da fase de recuperação pós-COVID-19, para envolver as forças conjuntas da sociedade civil e do governo na aplicação da Lei Europeia do Clima. A pandemia ajudou-nos a perceber que, se nos esforçarmos, podemos efetivamente agir de forma muito diferente», salientou Jan Dirx, relator do Parecer – Lei Europeia do Clima. (mr)



CESE defende intercâmbio de dados para economia digital e colaborativa

O CESE insta os Estados-Membros da UE a intensificarem a coordenação em matéria fiscal a nível europeu e internacional, tendo em vista a economia digital e colaborativa. A coordenação mais estreita das políticas fiscais aplicáveis ao novo setor económico e a elaboração de instrumentos e de soluções operacionais poderiam reforçar o cumprimento das obrigações fiscais, garantir uma concorrência leal e explorar todo o potencial deste novo setor

económico.

Embora o CESE acolha favoravelmente a cooperação que existe entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros da UE e a OCDE/G20 nesta matéria, incentiva os Estados-Membros através de um parecer adotado na reunião plenária do CESE em 15 de julho de 2020, a encontrar soluções a nível da UE se não for celebrado um acordo internacional tal como previsto até ao final de 2020, nem for previsível a sua celebração a curto prazo. O Comité propôs que as obrigações em matéria de comunicação de informações fossem claras e harmonizadas para as empresas da economia digital e colaborativa, bem como um sistema funcional e proporcional de recolha e intercâmbio dos dados a nível da UE, em caso de atraso na celebração do acordo internacional.

Na reunião plenária do CESE, a relatora do parecer, Ester Vitale, chamou a atenção, em particular, para a necessidade urgente de agir. «A tributação e as políticas fiscais devem ser adaptadas à evolução contínua da economia colaborativa. Importa que as instituições internacionais, europeias e nacionais atuem de forma rápida e eficaz para enfrentar os desafios colocados pela economia digital e colaborativa. De preferência, há que encontrar uma solução a nível internacional ou mesmo mundial», afirmou Ester Vitale, especificando que «a regulamentação e os modelos fiscais vigentes devem ser adaptados ao novo ambiente empresarial.» (mp)



CESE apoia Ano Europeu do Transporte Ferroviário em 2021

O transporte ferroviário deve desempenhar um papel de destaque na mobilidade futura da UE e passar a ser o modo de transporte principal. Por esta razão, o CESE apoia com agrado a proposta da Comissão Europeia de declarar 2021 «Ano Europeu do Transporte Ferroviário».

No parecer adotado na reunião plenária de julho e elaborado por Alberto Mazzola, o Comité afirma que, por um lado, a UE tem de investir mais no transporte ferroviário, em conformidade com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e, por outro, tem de aumentar a sua visibilidade, realizando um debate sobre os serviços de transporte de passageiros, inclusive sobre as pessoas com mobilidade reduzida, a digitalização e a sustentabilidade ambiental.

Por ocasião do Ano Europeu do Transporte Ferroviário, em 2021, o transporte ferroviário será apresentado como excelente exemplo de mobilidade inteligente e um modo de transporte inovador e seguro, envidando-se esforços para sensibilizar um público mais alargado, especialmente os jovens. Em toda a Europa, serão organizados projetos, debates, eventos, exposições e iniciativas destinados aos cidadãos, às empresas e às autoridades, que explicarão o motivo por que o transporte ferroviário é uma forma atrativa e sustentável de circulação na Europa, realçando a sua dimensão europeia.

Na reunião plenária, Alberto Mazzola salientou que esta iniciativa «deve também constituir uma oportunidade para comunicar melhor, principalmente aos jovens europeus, a atratividade de uma carreira nos caminhos de ferro, apoiando iniciativas conjuntas com parceiros sociais, universidades, a comunidade académica em geral e as organizações de juventude europeias.» (mp)



CESE destaca papel fundamental do comércio na promoção de uma retoma económica sustentável depois da crise de COVID-19

Na sua reunião plenária de julho, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) adotou um **parecer** sobre o último relatório anual publicado pela Comissão Europeia sobre a aplicação dos acordos de comércio livre (ACL), que abrange 2018. O CESE destaca o papel fundamental do comércio «na promoção de uma retoma económica sustentável e na reconstituição e reorganização pelas empresas das suas cadeias de valor afetadas». Ao mesmo tempo, lamenta que o trabalho de acompanhamento continue, em grande medida, ausente do relatório sobre a aplicação.

No seu parecer, o CESE insta as instituições da UE a retirar ensinamentos importantes da situação atual, entre os quais se inclui a necessidade de tornar as cadeias de abastecimento mundiais mais resistentes, diversificadas e responsáveis e de desenvolver mecanismos mais fortes que «resultem numa estratégia comercial e de investimento sustentável em todas as suas dimensões». O CESE lamenta, em particular, que o trabalho dos grupos consultivos internos (GCI) no acompanhamento do impacto dos acordos sobre os compromissos em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável esteja, em grande medida, ausente do relatório. O CESE apela a que os GCI sejam «reforçados para cumprirem com êxito as suas tarefas de monitorização» e manifesta a sua preocupação «dado que os capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável não dispõem atualmente de instrumentos vinculativos de aplicação da legislação». (dgf)



Crise da COVID-19: CESE considera que empresas da UE devem repensar modelos de negócio

É imperativo mudar o modo como fazemos negócios na Europa e a nível mundial. Porém, os objetivos a longo prazo da UE para um crescimento económico sustentável devem permanecer os pilares do nosso futuro, apesar da crise da COVID-19. No seu Parecer – Reforçar o crescimento económico sustentável em toda a UE, elaborado por **Philip von Brockdorff** e adotado na reunião plenária de julho, o Comité sublinha que a crise constitui uma oportunidade para repensar e melhorar o modo como as empresas da UE operam e que não

deve servir de pretexto para comprometer os objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu, na Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2020 e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Durante a reunião plenária, **Philip von Brockdorff** afirmou que «os problemas económicos e as outras consequências da crise da COVID-19 sugerem que é necessário mudar o *modus operandi* das empresas na UE e a nível mundial. As cadeias de abastecimento revelaram-se vulneráveis e devem ser protegidas. Os operadores da UE devem repensar as estratégias neste domínio, centrando-se na diversificação e no realinhamento das cadeias de abastecimento em múltiplos setores. É também necessário algum tipo de «desglobalização» setorial, pelo menos para as empresas da UE que produzem produtos essenciais, que devem ponderar relocalizar as suas fábricas na Europa.»

A fim de tornar o crescimento sustentável uma realidade nos próximos anos, é necessário reorganizar a economia europeia, sem esquecer os pilares da sustentabilidade ambiental, dos ganhos de produtividade, da equidade, do progresso social e da estabilidade macroeconómica.

A União Europeia deve desempenhar um papel mais preponderante no comércio mundial, que é fundamental para as empresas da União e para as suas perspetivas de negócio. Para as empresas mundiais que operam num mercado global, as condições de concorrência equitativas são também essenciais numa vasta gama de domínios, nomeadamente as normas laborais internacionais, a concorrência leal e o cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas. (mp)



Alterações constantes põem em risco conclusão da rede transeuropeia de transportes

As alterações constantes nas prioridades políticas nacionais dos Estados-Membros da UE constituem um obstáculo importante à execução atempada dos projetos da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), o que suscita dúvidas quanto à possibilidade de concluir a rede principal até 2030. O alerta é dado por **Alberto Mazzola** no seu Relatório de informação - *Avaliação das orientações relativas à rede transeuropeia de transportes (RTE-T) 2013-2020*, adotado na reunião plenária do CESE de julho.

Os principais obstáculos à execução dos projetos da RTE-T advêm não só das alterações nas prioridades políticas nacionais, afetando particularmente os projetos com importância transfronteiras, mas também da oposição dos cidadãos e de outras partes interessadas. Esta situação demonstra a existência de problemas sociais e económicos importantes associados à estratégia da RTE-T, no âmbito da qual se deve dar resposta às necessidades da sociedade civil. Com efeito, só através da participação e da consulta das organizações da sociedade civil numa fase precoce será possível efetuar um acompanhamento adequado e eliminar os obstáculos à execução do projeto.

No debate em plenária, **Alberto Mazzola** afirmou: «Temos dúvidas, tal como as partes interessadas, de que a rede principal possa ser concluída até 2030, mas consideramos essa meta importante para incitar os Estados-Membros a intensificarem esforços e entendemos que vários grandes projetos transfronteiras poderão ser concluídos até esse ano. O facto de a sociedade civil participar e acompanhar o

desenvolvimento dos corredores e projetos é fundamental para que estes sejam executados da forma mais adequada. Quando tal ocorre numa fase inicial, com amplas campanhas de informação, os projetos avançam a bom ritmo, mas quando essa divulgação não acontece, partes da população oferecem grande resistência. (mp)



Aquecimento global: CESE apela para novas medidas fiscais com vista a reduzir emissões de CO₂

A criação de novos impostos e medidas adicionais para as emissões de CO₂ será útil, mas não suficiente: o aquecimento global deverá persistir, a menos que o CO₂ já emitido possa ser retirado da atmosfera. No parecer elaborado por **Krister Andersson** e adotado na reunião plenária de julho, o Comité salienta a necessidade de um novo sistema em que as emissões de CO₂ sejam tributadas e, por conseguinte, desencorajadas e

em que também as emissões que já se encontram na atmosfera possam ser retiradas, armazenadas e utilizadas para outros fins.

Na sua intervenção durante a reunião plenária, **Krister Andersson** afirmou: «É importante utilizar a tributação para alcançar os objetivos da neutralidade climática da Europa, mas são necessários instrumentos adicionais. Seria eficiente se, para além de reduzir as emissões de CO₂, fosse possível também retirar o CO₂ da atmosfera. É por este motivo que apelamos para uma abordagem fiscal simétrica, baseada na seguinte estratégia: as receitas provenientes da tributação do CO₂ poderão ser utilizadas para pagar atividades de remoção do CO₂ da atmosfera».

O CESE recomenda igualmente que se desenvolvam, através de investimentos específicos, novas tecnologias a nível nacional e da UE, a fim de permitir duas vertentes técnicas: captura e armazenamento do carbono (CAC) e captura e utilização do carbono (CUC). Estas medidas constituiriam mais um passo na redução do impacto das emissões de CO₂, cumprindo assim os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. (mp)



Globalização sem regulamentação gera mais desigualdades, diz o CESE

Promover a competitividade, a inovação e a criação de emprego deve ser uma prioridade da cooperação regulamentar mundial através de um sistema de comércio multilateral renovado, afirma o Comité Económico e Social Europeu (CESE) num [parecer](#)

elaborado por Georgi Stoev e Thomas Student e adotado na reunião plenária de julho do CESE.

Perturbações como a provocada pela COVID-19 (coronavírus) ameaçam paralisar a economia mundial e a vida social. O seu impacto inclui recessões nos EUA, na UE, no Japão e noutras regiões do mundo, um crescimento extremamente lento na China e enormes perdas de produção. Os governos têm de compensar os prejuízos económicos com políticas monetárias e orçamentais e fazer face às mudanças expectáveis do paradigma económico.

«A evolução industrial na Europa não pode tornar-se vítima de um *dumping* desleal económico, social e ambiental, que poderia tornar-se uma verdadeira ameaça para as indústrias europeias e para o modelo social europeu», declarou o relator do parecer, **Georgi Stoev**. «Estamos preocupados com a hostilidade relativamente ao comércio internacional e à globalização, bem como com o aumento do populismo. O protecionismo e o populismo não podem dar resposta aos problemas económicos e sociais», concluiu.

«A Europa precisa urgentemente de um novo projeto para a integração interna, uma estratégia comum em matéria económica, social (incluindo a coordenação no domínio da saúde pública), orçamental, energética e ambiental e uma política comercial coerente, afirmou o correlator, **Thomas Student**. O CESE considera que o Pacto Ecológico deve articular a nova estratégia industrial e a política comercial com as políticas económica, regulamentar e de concorrência, num esforço global para proteger o ambiente, sem pôr em risco o mercado único nem as empresas e os postos de trabalho europeus, e fixar objetivos ambientais ambiciosos para a indústria no seu conjunto. (ks)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



[CESE apela à melhoria das cláusulas de salvaguarda agrícolas nos acordos comerciais](#)

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

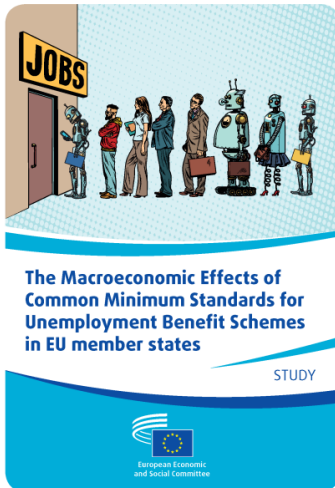
A reunião plenária de julho foi a ocasião para adotar um parecer de iniciativa sobre a introdução de medidas de salvaguarda para os produtos agrícolas nos acordos comerciais da UE.

Em vésperas da revisão da política comercial europeia, lançada pela Comissão Europeia, o parecer destacou a importância geoestratégica da produção alimentar e a necessidade de proteger as capacidades de produção de cada país, promovendo políticas agrícolas e comerciais adequadas e assegurando, em simultâneo, um comércio internacional organizado a fim de permitir gerir, não só, os imprevistos associados à produção, mas também situações de escassez estrutural em determinadas zonas geográficas.

Segundo o relator, **Arnold Puech d'Alissac**, membro do Grupo dos Empregadores do CESE, «a evolução das capacidades a nível informático permite agora a adoção de medidas muito mais eficazes. Podem ser rápidas, automáticas, proporcionadas e exaustivas, a fim de desempenhar o seu papel na proteção das

cadeias de abastecimento do produtor ao consumidor.»

Além disso, sublinha o relator «é também uma oportunidade para que o conceito da sustentabilidade seja reconhecido nas negociações dos acordos comerciais, a fim de não privilegiar as importações a baixo preço, mas em condições de produção insuficientemente sustentáveis, por oposição às europeias. À luz do Pacto Ecológico, é essencial que haja coerência entre as políticas ambientais, agrícolas e comerciais.»



Como reagiria a economia se garantíssemos normas mínimas comuns no domínio do desemprego na Europa?

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

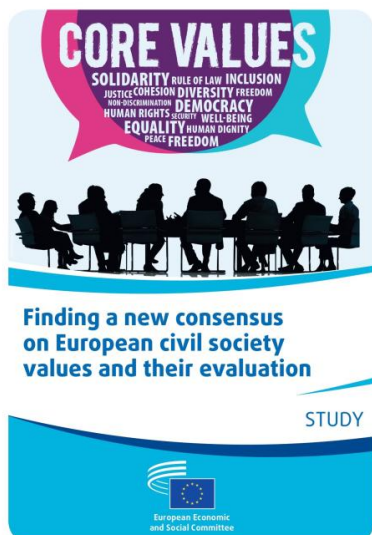
A atual pandemia de COVID-19 transformou uma crise iminente numa depressão económica em grande escala, causando a maior queda do PIB em tempos de paz do século, e empurrando milhões de trabalhadores para vários regimes de desemprego ou de trabalho a tempo parcial. Apesar do seu papel na atenuação da maior parte do impacto, os nossos sistemas sociais estão, de um modo geral, tão mal preparados como os nossos sistemas de saúde contra a pandemia, uma vez que foram

gravemente comprometidos por anos de austeridade após a crise de 2008.

Além disso, as medidas destinadas a proteger os trabalhadores e a preservar os seus postos de trabalho são desiguais, deixando amiúde os trabalhadores mais precários, como os trabalhadores com contratos de entrega e outras «novas formas de contratos de trabalho», de fora dos regimes de proteção tradicionais.

As prestações de desemprego variam dentro e entre os países, havendo diferenças enormes em termos de duração e cobertura das prestações, assim como a percentagem da remuneração anterior. O estudo encomendado pelo Grupo dos Trabalhadores analisa a forma como a economia, a nível da UE e em cada país individualmente, reagiria se os regimes de desemprego tivessem uma base mínima comum em termos de cobertura, duração e substituição, assegurando aos trabalhadores na Europa uma norma mínima comum. Utilizando a modelização macroeconómica, o estudo testa esta hipótese no contexto da crise de 2008, de todo um ciclo orçamental e, mais pertinente atualmente, no contexto da recessão económica pandémica.

Os resultados mostram claramente que o impacto na economia seria positivo, muito mais se utilizado em conjunto com outras políticas sociais, assegurando a proteção dos postos de trabalho e evitando uma nova recessão económica. Consulte [aqui](#) o estudo completo e informações adicionais.



Publicado novo estudo intitulado «Encontrar um novo consenso sobre os valores da sociedade civil europeia e a sua avaliação», encomendado pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Será que as organizações da sociedade civil em França, Alemanha, Itália, Grécia, Hungria e Polónia partilham de uma noção comum dos valores de democracia, Estado de direito e solidariedade?

O novo estudo intitulado *Finding a new consensus on European civil society values and their evaluation* [Encontrar um novo consenso sobre os valores da sociedade civil europeia e a sua avaliação], levado a cabo pelo Centro de Política Europeia (CPE) para o CESE, a pedido Grupo Diversidade Europa do CESE, demonstra que as organizações da sociedade civil nos países investigados tendem a convergir na sua definição destes valores, mesmo que revelem interpretações mais diversas de solidariedade do que de democracia e Estado de direito.

O estudo revela igualmente que as organizações da sociedade civil reconhecem o papel crucial que o setor civil desempenha na promoção destes valores. No entanto, estas organizações deparam-se com diversos desafios nessa tarefa, em especial no que diz respeito ao acesso restrito a financiamento, à evolução tecnológica e geracional e, acima de tudo, a ambientes políticos desfavoráveis. O governo e a própria sociedade civil estão cada vez mais em situação de confronto, mais politizados e menos abertos a cedências em todos os países estudados. As organizações da sociedade civil nos países pertencentes ao sul da Europa e à Europa Oriental descrevem a sua situação, perceção dos valores e perspetivas futuras de forma menos positiva do que as organizações da sociedade civil na Europa Ocidental.

Segundo o estudo, para que as organizações da sociedade civil consigam continuar a defender os valores da União Europeia no futuro, tanto a sociedade civil como os governos a todos os níveis terão de cooperar e inovar.

Em 2 de setembro, num evento para os meios de comunicação social, realizado à distância, o presidente do Grupo Diversidade Europa do CESE, **Arno Metzler**, apresentou o estudo, juntamente com **Corina Stratulat**, analista política principal do CPE, e **Paul Butcher**, analista político do CPE, dois dos autores do estudo.

Para ficar a conhecer melhor as propostas e recomendações das próprias organizações da sociedade civil e da equipa de investigação, que constam do estudo, queira consultar a página Web do CESE. O estudo e o respetivo resumo, bem como o comunicado de imprensa sobre o mesmo, estão disponíveis em linha.

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Daniela Marangoni (dm)
David Gippini Fournier (dgf)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katharina Radler (kr)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Margarita Gavanas (mg)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

09/2020